

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

G. LUKS PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA, CNPJ 20.554.680/0001-00, localizada na Rua Severino Tessaro, nº 431, Distrito Empresarial, no município de Lacerdópolis - SC, torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente (IMA) a Licença Ambiental de Instalação válida por 72 meses, para atividade de estampanaria, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.



Rua Artista Bittencourt, 30, Centro
88020-060 -Florianópolis -Santa Catarina
Fone: + 55 48 36654190
E-mail: ima@ima.sc.gov.br
URL: www.ima.sc.gov.br

EXPRESSO

Publique seu edital

Governo do Estado irá apoiar agricultores da Serra que tiveram suas propriedades rurais embargadas pelo Ibama

Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Procuradoria-Geral do Estado e Instituto do Meio Ambiente uniram esforços para apoiar produtores rurais da Coxilha Rica, em Lages, que tiveram suas propriedades embargadas na Operação Araxá do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Uma grande reunião com lideranças do agronegócio, representantes do setor produtivo e produtores rurais foi realizada na terça-feira, 24, em Florianópolis.

São nove agricultores proibidos de produzir em áreas de campo nativo. Segundo os fiscais do Ibama, essas áreas fazem parte da Mata Atlântica e não podem ser exploradas, mesmo que o plantio seja autorizado pelo Código Florestal Estadual e Federal.

“Nós precisamos resolver essa questão porque há um impacto enorme social e econômico para o setor produtivo catarinense, já que as áreas de campo nativo se estendem pela Serra Catarinense e Meio-Oeste, além dos campos de altitude. Esperamos um diálogo com o Ibama, uma negociação, para resolver esse impasse e trazer tranquilidade para que os agricultores possam continuar produzindo, o que é muito importante para Santa Catarina e também para o Brasil”, destaca o secretário de Estado da Agricultura, **Valdir Colatto**.

O secretário da Agricultura e Pesca de Lages, Thiago Cordeiro, explica que a Operação Araxá é uma segunda fase da Operação Camperjada, que começou em novembro de 2018, quando o Ibama puniu produtores rurais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná por crime ambiental. O argumento é de os produtores que quiserem fazer o plantio em áreas de campo nativo precisam de autorização do órgão ambiental federal – mesmo sendo liberados pelo Código Ambiental Estadual.

“Esse é um problema que vem se arrastando desde 2018 e precisa ser resolvido.

Para isso o Governo do Estado e produtores rurais precisam se unir para que se cumpra a lei estadual. Unidos queremos suspender essas multas e garantir que os produtores possam voltar a produzir com segurança”, afirma Thiago.

Em documento entregue aos representantes do Governo do Estado, os produtores destacam os prejuízos causados pelo embargo já que estão proibidos de plantar a safra de inverno, inclusive com perda dos investimentos já realizados e comprometimento da safra de verão.

O secretário estadual da Agricultura, Valdir Colatto, reforça a necessidade de respeitar o Código Ambiental Catarinense. “O Código Florestal Brasileiro determina que cabe à União definir as normas gerais e ao Estado fazer sua legislação específica. Queremos que se respeite as características específicas de Santa Catarina para que possamos desenvolver nossa atividade agropecuária, respeitando a questão ambiental e fazendo o desenvolvimento sustentável possível”.

Durante reunião, ficou acordado que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) será a porta-voz dos produtores rurais e pedirá o apoio formal à Procuradoria-Geral do Estado para que haja o envolvimento do Governo na solução do problema.

Demarcações de terras indígenas

Outra pauta da reunião foram os possíveis impactos de eventuais novas demarcações de terras indígenas em Santa Catarina. O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é de considerar terras indígenas aquelas que estavam ocupadas quando da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Caso o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365/SC, que ainda está em andamento, mude essa interpretação, poderá haver repercussão em Santa Catarina com a demarcação de 10 áreas no Estado – o equivalente a 58,6 mil hectares.



ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE VOLEIBOL
Fundada em 05 de julho de 1996
Rua: Almirante Barroso 152, bairro Tobias, Joaçaba – SC 89.600-000
site www.ajov.com.br e-mail ajov@ajov.com.br

EDITAL 01/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, ELEIÇÃO DE DIRETORIA E CONSELHO FISCAL – Biênio 2023-2025

A Presidente da Associação Joaçabense de Voleibol (Ajoy), Soili Marilei Natus, no uso de suas atribuições Estatutárias, conforme determina o artigo 21 do Estatuto Social, convoca os associados da Ajoy para comparecer a Assembleia Geral Ordinária, que acontecerá no dia 27 de fevereiro, no salão nobre do Centro Educacional Girassol, sito a rua Almirante Barroso, 152, Bairro Tobias, Joaçaba – SC, as 19h00 em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos associados e, em segunda convocação, para as 19h15 com qualquer número de sócios, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 – Apreciar demonstrativos contábeis, discutir e votar as contas do exercício financeiro de 2022;
- 2 – Para ouvir e tomar conhecimento do relatório de atividades da presidência e dos demais setores da Associação;
- 3 – Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em cumprimento ao disposto nos artigos 72 a 76 do Estatuto Social. A Diretoria Executiva deverá ser composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro (a), primeiro e segundo secretários (as), conforme artigo 27 do Estatuto Social. O Conselho Fiscal deverá ser composto por sete (07) membros efetivos e sete (07) membros suplentes conforme art. 40 do Estatuto Social;
- 4 – A votação para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal far-se-á por chapa;
- 5 – O voto será nominal e secreto, não sendo permitidos votos por procuração;
- 6 – O registro de chapas poderá ser efetuado até o dia 20 de fevereiro de 2023, às 18 h no endereço: Avenida XV de Novembro, 371, Edifício Erma Center, 1º andar, sala 104;
- 7 – De acordo com o artigo 74 do Estatuto Social, não poderão se candidatar a cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, os associados que estejam incurso em algumas sanções previstas neste Estatuto ou normas dele emanadas.

Joaçaba, 07 de Janeiro de 2023.

Soili Marilei Natus
Presidente da AJOV

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2541/98 e Estadual pela lei n. 12.750/03
CNPJ 01.823.720/0001-10

Governo do Estado discute ações de reconstrução de cidades após chuvas

Em Brasília, os secretários de Estado da Articulação Nacional, Vânia Franco, e da Defesa Civil, Armando Schroeder, estiveram com o Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional Waldez Góes

Os secretários de Estado da Articulação Nacional, Vânia Franco, e da Defesa Civil, Armando Schroeder, estiveram no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em Brasília para levar demandas dos municípios catarinenses atingidos pelas fortes chuvas dos últimos meses.

No encontro com o ministro Waldez Góes, os principais assuntos discutidos foram sobre as recentes chuvas que deixaram 21 municípios afetados no Estado. E ainda, desde novembro do ano passado, 80



cidades estão em estado de emergência. Os secretários de Santa Catarina trataram do andamento das propostas que estão em análise na Defesa Civil para ajudar na reconstrução de pontes, ruas e avenidas, e limpeza de municípios. O Ministério vai avaliar os pedidos. Durante a reunião também foi discutida a prevenção de desastres e a segurança hídrica estadual.

O secretário de Estado da Defesa Civil demonstrou preocupação quanto às condições das barragens catarinenses. O responsável pela Secretaria de Segurança Hídrica do Ministério, Leonardo Góes, se comprometeu a enviar técnicos, a partir de um pedido formal de Santa Catarina, para avaliar a situação e, se necessário, pleitear recursos federais para ações de prevenção e segurança. Além disso, representantes da Defesa Civil de SC foram convidados a participar no fim de março de um treinamento para planos de contingência.

A SAN também solicitou olhar especial para a estiagem da região Oeste e que prejudica principalmente os suinocultores e avicultores que costumam ter prejuízos por causa da falta de água.